

1           **RESUMO EXECUTIVO DA ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2015**

2   **Data:** 16 de setembro de 2015

3   **Horário:** 9h00

4   **Local:** Auditório CDHU – Rua Boa Vista, 170 – 2º Subsolo – Centro– S.P

5   **Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:**

6   **SEGMENTO ESTADO**

7	Amauri Pollachi	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
8	Carlos Eduardo G. Nascimento	EMAE
9	Cláudia Helena Leite	EMPLASA
10	Eduardo Trani	Secretaria do Meio Ambiente
11	Gilson Gonçalves Guimarães	CETESB
12	Jefferson Alexandro Smario	Casa Militar (Defesa Civil)
13	Laura Stela Naliato Perez	Secretaria do Meio Ambiente
14	Leila Tendrih	Secretaria de Planejamento e Gestão
15	Letícia Roberta Trombeta	EMPLASA
16	Luiz Sérgio Ozório Valentim	Secretaria da Saúde
17	Marcelo Poci Bandeira	Secretaria de Logística e Transportes / Dep. Hidroviário
18	Maria Emília Botelho	CETESB
19	Mônica Therezinha B. Rossi	CDHU
20	Seica Ono	DAEE
21	Sérgio Luiz Damiaty	Secretaria Estadual de Educação
22	Silvana Maria Franco Margatho	Secretaria da Agricultura e Abastecimento
23	Silvio Renato Siqueira	SABESP

24

25   **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

26	André Luiz da Costa Saraiva	Mogi das Cruzes
27	Antônio Carlos Nery Pinho	Mairiporã
28	Benedito Rafael da Silva	Salesópolis
29	Elisângela Martins	Jandira
30	João Ricardo Guimarães Caetano	São Bernardo do Campo
31	Letícia de Fátima Moraes	Suzano
32	Marcos Antônio Dantas Moura	Barueri
33	Osmar Silva Filho	São Caetano do Sul
34	Regina Satie M. Taniguchi	Itaquaquecetuba
35	Ricardo Carlos Gaspar	São Paulo
36	Solange Wuo Franco Ribeiro	Salesópolis
37	Vanessa Cristina Apolinário	Santana de Parnaíba

38

39   **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

40	Carolina Schers de Goes	Instituto Acqua
41	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO-SP
42	Elias R. Zitune	SECOVI-SP
43	Francisca Adalgisa da Silva	APU
44	Francisco Silveira(p/ Luiz Carvalho)	SINDAREIA

45	José Roberto Terassi	ACISE
46	Reynaldo Young	AE SABESP
47	Ronaldo Sérgio Vasques	FIESP
48	Shindi Kiyota	UNIAGUA
49	Silene Bueno de G. Purificação	SENAC
50	Virgílio Alcides de Faria	MDV-Mov. Defesa da Vida

51

52 **CONVIDADOS PERMANENTES**

53	Arnaldo Pereira da Silva	CREA
54	Tatiana Barreto Serra	Ministério Público SP

55

56 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

57	Francisco de Assis R. Além	Vice-Presidente CBH-AT – CIESP
58	Jaderson José Spina	Santana de Parnaíba
59	Sandro Oliveira das Chagas	CIESP Guarulhos
60	Claudete Hahn	Fundação Florestal
61	Oсни de Mello	SINDIPEDRAS

62

63 **1. Abertura:** O Sr. Benedito Rafael da Silva, Presidente do CBH-AT, abriu a reunião em  
64 segunda chamada, após constatar a existência de *quórum*, agradeceu à CDHU pela cessão do  
65 espaço. Passou a palavra ao Sr. Amauri Pollachi, Secretário do CBH-AT, que apresentou dos  
66 procedimentos para manifestações e votações em Plenárias do CBH-AT. **2. Leitura,**  
67 **discussão e votação da ata da 6ª Reunião Plenária Extraordinária de 2015, realizada em**  
68 **13/08/15:** Foi submetida à apreciação, sendo dispensada a leitura e, não havendo  
69 considerações, foi aprovada por unanimidade. **3. Expediente, Comunicações e Ordem do**  
70 **Dia:** O Sr. Amauri Pollachi informou a síntese dos expedientes de maior relevância da  
71 Secretaria Executiva: encaminhamento da Deliberação CBH-AT que aprovou manifestação  
72 sobre a renovação da outorga do sistema Cantareira para a ANA e DAEE, com publicação no  
73 Diário Oficial no dia 19/08/15; Ofício da CETESB relativo às respostas e recomendações da  
74 Deliberação CBH-AT nº 17/2014 e encaminhado ao GT Gestão da Demanda; Resposta ao  
75 Ministério Público do Estado de São Paulo sobre o cadastro de áreas ou imóveis para  
76 reflorestamento; Recebimento do PDPA-ATC enviado pela FABHAT, executado pelo IPT, que  
77 será disponibilizado no site do CBH-AT; Convite da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra  
78 para um debate das Obras de Transposição do Rio Grande para o Alto Tietê, para dia 28/09/15;  
79 Ofício da CETESB encaminhando a 15ª Edição do Boletim Mensal da Qualidade das Águas do  
80 Sistema Cantareira, o qual foi divulgado ao mailing do Comitê. É justificada a ausência do Sr.  
81 Francisco de Assis R. Além (Vice Presidente CBH-AT). O Sr. Francisco Piza (FABHAT) diz que  
82 esteve presente no dia da votação da Lei dos Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras e a única  
83 modificação foi a colocação do corredor na Rodovia Índio Tibiriçá. Agradeceu e parabenizou os  
84 envolvidos na criação da lei, pois foi discutida com bastante profundidade antes de ir para a  
85 Assembleia e foi aprovada em menos de 6 meses. O Sr. Presidente reforça o agradecimento  
86 pelo empenho de todos do Comitê na aprovação do PL 980, por sua enorme importância e em  
87 especial ao Sr. Amauri Pollachi (SSRH), Eduardo Trani (SMA), a Sra. Malu Ribeiro e também  
88 ao Subcomitê Cabeceiras. **4. Informações da CTPA sobre o cronograma de**  
89 **acompanhamento da renovação da outorga do Sistema Cantareira:** O Coordenador da  
90 CTPA, Amauri Pollachi, apresentou o cronograma. Está previsto que em 18/09 a ANA e o DAEE  
91 publiquem a proposta-guia, sendo que o GT da Outorga do Cantareira se reunirá dia 24/09 para  
92 avaliar e elaborar uma minuta do posicionamento do Comitê do Alto Tietê. Dia 29/09 haverá

93 uma reunião da CTPA, conjunta com o GT Outorga, para definir questões sobre as audiências  
94 públicas e redação final da minuta de manifestação do Comitê. Na 1ª quinzena de outubro estão  
95 previstas audiências públicas promovidas pela ANA e DAEE e tem uma indicação de uma  
96 Deliberação para o dia 21 ou 22. O Sr. João Ricardo (SBC) sugere articulação do CBH-AT com  
97 a direção do CBH-PCJ sobre assunto **5. Apresentação da CETESB “informações sobre os**  
98 **processos de licenciamento ambiental e as medidas mitigadoras e compensatórias**  
99 **adotadas para os empreendimentos emergenciais para enfrentamento da crise hídrica”**:  
100 O Sr. Nelson Menegon Júnior (CETESB) inicia sua fala sobre o déficit hídrico que teve em todos  
101 os mananciais da região metropolitana de São Paulo, que foi de 30 a 40% e que a Billings tem  
102 hoje 20 m³/s de água disponível para os múltiplos usos da represa. Foi observado que em 2014  
103 seu volume teve certo decréscimo por falta de chuvas. A CETESB modificou o monitoramento  
104 de bimestral para mensal, possuindo 3 estações automáticas de monitoramento de qualidade  
105 de água, sendo que Taiaçupeba possui 11 pontos desses. Em 93% do tempo a estação  
106 automática do Rio Grande atendeu ao padrão do oxigênio dissolvido. Já houve um aumento de  
107 2 graus de temperatura na Represa do Broa, intensificando o crescimento de algas e no braço  
108 do Taquacetuba, o oxigênio dissolvido já passa a não atender o padrão de qualidade e a  
109 turbidez tem alguns picos pela formação das algas. No Summit Control tem uma condição  
110 intermediária. No Rio Pinheiros a concentração de matéria orgânica é em torno de 50 DBO,  
111 portanto, não tem oxigênio dissolvido. O controle ambiental que a SABESP faz é eficiente no  
112 controle do crescimento das algas, tanto no Rio Grande quanto no Taiaçupeba. O IQA vermelho  
113 encontra-se no Rio Taiaçupeba-Mirim, no Rio Grande está regular e nos reservatórios  
114 apresentando condições boas ou ótimas, enquanto o índice de proteção da vida aquática, na  
115 Billings é ruim ou regular, no Rio Grande regular e no Taiaçupeba boa. A palavra é passada ao  
116 Sr. José Eduardo Bevilacqua (CETESB) que fala sobre o licenciamento ambiental das obras  
117 que estão sendo realizadas na Billings, explicando a diferença entre o licenciamento  
118 simplificado e o estudo ambiental simplificado e que existe um rigor técnico grande para que a  
119 obra possa ser executada, atendendo as expectativas ambientais. Que não houve fatores  
120 importantes de supressão de vegetação em áreas de mananciais. Considerando 3 importâncias  
121 técnicas: disponibilidade hídrica, a qualidade e baixa supressão de vegetação. São obras de  
122 curta duração e de potencial impacto pouco significativo, pois são feitas em vias públicas já  
123 existentes. Tem que lidar com uma situação típica de uma área metropolitana. Necessita de  
124 medidas como plano de manejo, controle ambiental e monitoramento e o Plano de  
125 Contingência, que vai possibilitar que tenham uma agilidade do ponto de vista de uma ação  
126 preventiva de uma eventual situação inaceitável da qualidade da água. A CETESB discutiu  
127 severamente com a SABESP, levando em conta monitoramentos semanais e quinzenais. São  
128 obras consideradas de utilidade pública e emergenciais, visando o abastecimento público e  
129 buscando no licenciamento, um olhar conjunto. Com relação à transposição do Ribeirão Guaió,  
130 a SABESP está licenciando essa obra, com baixíssima supressão de vegetação, é outorgada  
131 pelo DAEE e está na CETESB para ser analisado. Em relação ao braço do Taquacetuba, pede  
132 que seja corrigida a questão da ampliação, o que está apresentando aqui é o resultado da  
133 análise do DAEE que ratificou que essa vazão não deve ser alterada, portanto, a renovação  
134 dessa outorga leva em conta a mesma razão que já vinha sido praticada em 2002, está em  
135 processo de análise na CETESB. Propostas como a transferência do Alto Juquiá para o Santa  
136 Rita em outubro a SABESP deverá estar apresentando solicitação para o licenciamento e da  
137 mesma forma o Rio Itapanhaú para o Biritiba Mirim e a transferência do São Lourenço para  
138 Lavras e Guarapiranga também ainda não foi requisitada a documentação. O Sr. Virgílio Alcides  
139 de Faria (MDV) faz a apresentação dizendo que a obra não é de baixo impacto ambiental,  
140 apresenta também que as obras iniciaram antes da emissão das licenças. Declara que a  
141 Resolução CONAMA nº 1/1986 estabelece que obras de transposição de bacias, retificação de  
142 cursos d'água, entre outros, dependem de EIA/RIMA. Requer que esse Comitê, que é

143 deliberativo, realmente exerça a gestão de recursos hídricos. O Sr. João Ricardo Caetano  
 144 (SBC) diz que a imprensa divulga que algumas obras já estão prontas, questiona se é dada  
 145 licença prévia e também pergunta sobre a transposição dos rios e a qualidade das águas. O  
 146 Sr. Bevilacqua explica que o estudo ambiental simplificado tem um viés extremamente sério.  
 147 Quanto à transposição e qualidade da água, todas as exigências vêm sido cumpridas, no  
 148 licenciamento ambiental. Grande parte dessa vazão que está se discutindo, não tem nada a  
 149 ver com o corpo central e sim com o Summit Control, que tem qualidade boa. Não dão início a  
 150 qualquer tipo de licenciamento sem ter qualquer tipo de informação sobre a disponibilidade  
 151 hídrica. O rito do licenciamento ambiental, das licenças prévias de instalação e operação deve  
 152 seguir o que está estabelecido. Para ter a transposição, óbvio, a obra tem que estar feita e essa  
 153 obra está para o período de chuvas. O Sr. João Ricardo G. C. (SBC) registra que acha muito  
 154 importante a vinda da CETESB ao Comitê, com muita qualidade, presteza, informações claras  
 155 e objetivas e que o incomodo deste Comitê é o de como é que a crise está sendo gerenciada  
 156 nos últimos anos e como continuará, depois desse período da data do protocolo da SABESP,  
 157 do pedido de licença. O Sr. José Eduardo Bevilacqua (CETESB) diz que prontamente pode  
 158 passar essa informação ao Comitê e que a licença foi expedida no dia 29/04/2015. Sr. Nelson  
 159 Menegon Júnior (CETESB) faz um comentário de agradecimento pelas palavras, ressaltando  
 160 que pela primeira vez, são elogiados em público. A Sra. Ana Cristina (CETESB) explica que  
 161 quando se fala “impacto insignificante”, não é uma expressão muito boa, a CETESB cumpre o  
 162 seu papel e essas questões relativas à condução das obras não têm a ver com licença  
 163 ambiental, que trazem a obra para a regularidade e monitoram, atuam, enfim, acompanham.

164 **Item 6: Informações dos representantes indicados pelo CBH-AT sobre o XII Diálogo**  
 165 **Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos, realizado entre 1 e 3 de**  
 166 **setembro.** O Sr. Amauri Pollachi (SSRH) lembra que tiveram a representação do Comitê no  
 167 Diálogo Interbacias que foram indicados, além da Sra. Solange, presente, a Sra. Francisca  
 168 Adalgisa da Silva, a Sra. Leticia Moraes, da Prefeitura de Suzano, a Sra. Silzeni, da Prefeitura  
 169 de Osasco e o Sr. Bruno Leonel, da FIESP. A Sra. Solange Wuo Franco Ribeiro (Salesopolis)  
 170 ressalta que foi um momento muito importante de integração da Câmara Técnica de Educação  
 171 Ambiental, do Conselho de Recursos Hídricos, das 21 Câmaras Técnicas de Educação  
 172 Ambiental dos 21 Comitês de Bacias e que saíram algumas deliberações muito importantes,  
 173 como a revisão do FEHIDRO para as questões projetos para a Educação Ambiental e Manual  
 174 de Procedimentos. E que também saíram de lá com a solicitação em massa da criação da  
 175 Câmara de Educação Ambiental para o Comitê. Informa que vai haver um evento no início de  
 176 dezembro de todo esse grupo novamente.

177 **Item 7: Apresentação da organização The Nature**  
 178 **Conservancy – TNC sobre a restauração ecológica:** O Sr. Samuel Barreto (TNC) faz sua  
 179 explanação explicando que o obstáculo ao desenvolvimento é não ter recurso natural, não ter  
 180 água. E no caso de São Paulo, perdeu mais de 70% da cobertura florestal, isso tem um impacto  
 181 direto em termos de quantidade e qualidade de água. Acha que a oportunidade está agora, de  
 182 criar soluções duradouras e estruturantes. Que nada mais é considerar aquilo que a natureza  
 183 pode oferecer ou recuperar, serviços esses que foram perdidos. A TNC escolheu proteger,  
 184 investir mais na proteção dos seus mananciais do que ficar tratando água poluída ou busca-la  
 185 cada vez mais longe. Isso também como equação financeira, é uma maneira dos serviços  
 186 ambientais ajudarem nessas soluções. Citou a cidade de Extrema como exemplo, onde o  
 187 proprietário que aderiu ao programa, aumentou sua produtividade e depois falaram de outro  
 188 mecanismo, que acabou ajudando a dobrar de renda pela conservação de floresta, pela  
 189 restauração ou pelo manejo do solo, com critérios e metodologias onde se verificam esses  
 190 benefícios e os programas que hoje acontecem no Brasil, seguem esse princípio. Um elemento  
 191 muito importante é conciliar o pagamento pelo serviço ambiental, porque também tem custos e  
 192 tem que ter estímulos. Na América Latina trabalham com o tema da segurança hídrica e uma  
 aliança latinoamericana de fundo de água, tem Consórcios Municipais a nível regional, a

193 Fundação FEMSA e o Banco Interamericano com 34 projetos em 14 países, podendo gerar um  
 194 benefício potencial para 86 milhões de pessoas, 4.000 famílias e mais de 85 milhões de dólares  
 195 alavancados nas iniciativas. Mostra os valores já arrecadados, investidos nisso por meio de  
 196 instrumentos de políticas públicas, recursos privados em diversas regiões que tem atuado, São  
 197 Paulo, Rio, Santa Catarina, Espírito Santo, Brasília e Tocantins. Explica que se atuasse em 3%  
 198 de toda a área do Sistema Cantareira e Alto Tietê, só para falar de um benefício, poderia ser  
 199 reduzido o aporte de terra em até 50% e evitar, depois de um determinado momento, um custo  
 200 com dragagem, porque esse é um custo que não para porque a terra continua chegando ao rio,  
 201 seria como enxugar gelo. Esse projeto é da Prefeitura e pode ser do Comitê porque acreditam  
 202 que é exatamente com parcerias e resultados que geram impacto. O objetivo é exatamente  
 203 instalar essa restauração ecológica, promovendo a conservação de biodiversidade e proteção  
 204 dos recursos hídricos e então gerar usos múltiplos, reduzir custo social, apoiar pequenos  
 205 proprietários rurais, gerar compensação voluntária, floresta nativa para uso econômico e que  
 206 esse pode ser o melhor dos mundos. A TNC está à disposição, são mudanças de  
 207 comportamento e a mudança da sociedade. Acha que é uma oportunidade com essa crise,  
 208 mudar de patamar a forma de lidar com a água. A proteção dos mananciais fica mais barato do  
 209 que importar água à distância. Teve a manifestação do Sr. José Roberto Terassi (ASIS) e Sr.  
 210 Virgílio Alcides de Faria (MDV) apoiando o pagamento de preservações ambientais. A Sra.  
 211 Solange Wuo Franco Ribeiro (Salesópolis) coloca também as compensações ambientais,  
 212 lembra que em 10 anos perderam na região de Salesópolis 3.000 nascentes e que o Ministério  
 213 Público mandou um Ofício pedindo ao Comitê que indicasse áreas que são de excelência,  
 214 delimitadas como de urgência em sua recuperação. Faz um encaminhamento ao Prefeito, para  
 215 colocar, ser absorvido pela Câmara de Planejamento Ambiental esse tema, para poder se criar  
 216 um Grupo de Trabalho. **8. Outros Assuntos:** o Sr. Virgílio Alcides de Faria (MDV) diz que o  
 217 MDV apresentou, anos atrás, via Subcomitê Billings/Tamanduateí e que foi aprovado por esse  
 218 Comitê, um projeto de valoração econômica dos serviços ambientais dos mananciais da  
 219 Billings, que chegou a mensurar valores, talvez pudesse ser trazido no Comitê, pois já se tem  
 220 esse documento pronto, sugere resgata-lo. O Sr. Amauri Pollachi (SSRH) agradece a iniciativa  
 221 da TNC, através do Samuel, de fazer essa apresentação que considerou extraordinária. Sendo  
 222 uma das pautas da Câmara Técnica e a partir dessa exposição, já tendo iniciativas semelhantes  
 223 no PCJ, poderão impulsionar e trazer no momento apropriado ao Comitê para que possa  
 224 deliberar. Coloca em pauta no Plano de Trabalho da CTPA. O Presidente diz também que esse  
 225 Comitê aprovou o Projeto de Salesópolis, que é a adequação de estradas rurais e um grande  
 226 gerador de erosão dos córregos. Então esse Comitê já está iniciando também, mas o avanço  
 227 das propostas dentro do programa de pagamento por serviços ambientais acredita ser urgente,  
 228 que as tratativas dentro deste Comitê, sejam prioridade. O Sr. Arnaldo Pereira da Silva (CREA)  
 229 comenta à respeito do Manual de Aproveitamento das Águas Subterrâneas, solicita que a  
 230 presidência providencie o envio desse documento ao CREA São Paulo e a todos os seus  
 231 Conselheiros, apontando a participação que o CREA teve na elaboração desse documento.  
 232 (Encerramento). Esta ata constitui o resumo dos registros taquigráficos da ata na íntegra da  
 233 reunião e foi elaborada pela Taquígrafa Márcia Reis (mbrpesquisa@terra.com.br).